



Estado da Paraíba  
**MUNICÍPIO DE TAVARES**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---

## **M E N S A G E M**

---

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos (as) Senhores (as) Vereadores (as) que compõem a Câmara Municipal de Tavares-PB,

Venho submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, em **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**, o texto do presente Projeto de Lei, que visa instituir o Sistema Municipal de Estágio no âmbito da Administração Pública Municipal de Tavares e autorizar o Poder Executivo a realizar Processo Seletivo para preenchimento de vagas, com o objetivo de estabelecer atividades capazes de propiciar a operacionalização de estágio para capacitação prática de estudos, através da realização de atividades no âmbito da Administração Pública Municipal.

Nos termos da Lei Federal nº 11.788/08, conhecida como “Lei do Estágio”, o Município de Tavares passa a promover um olhar para a política pública inclusiva de jovens estudantes, na medida em que reconhece o estágio como um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e do itinerário formativo do educando.

Ainda, destaca-se que o estágio não é importante somente para o estudante, mas também para a Administração Pública, na condição de concedente do estágio, que tem a oportunidade de ter em seu quadro, jovens estudantes interessados em aprender e adquirir experiência e que, em contrapartida, trazem para o setor público conhecimentos teóricos, que podem aperfeiçoar o funcionamento dos órgãos administrativos municipais.

Por fim, deve-se frisar que, conforme o art. 3º, da Lei Federal nº 11.788/08, tem-se que o estágio, nas hipóteses que especifica, não configura vínculo empregatício de qualquer natureza. Da mesma forma e, convergente com a disposição legal, o Manual SIAFI orienta que as despesas com remuneração de estagiários não se caracterizam como despesa de pessoal, devendo ser enquadradas como “outros serviços de terceiros – pessoa física”. Assim, a contratação de estagiários não é alcançada pelas vedações impostas pela Lei Complementar 173/2020.

Diante do exposto e, considerando o presente o intuito do Projeto de Lei, solicitamos a atenção dos membros dessa Câmara Municipal para sua apreciação, **EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**.

Atenciosamente,

  
**GENILDO JOSÉ DA SILVA**  
*Prefeito Constitucional*



Estado da Paraíba  
**MUNICÍPIO DE TAVARES**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROTOCOLO**  
Recebi em 20/01/2021  
Poder Legislativo Municipal de Tavares-PB  
Vilma Azeiteiro Marques Gomes  
Assinatura e Carimbo

## Projeto de Lei nº 003/2021

**A P R O V A D O**  
Por 04 a favor e 00  
votos contra.  
Em 25 / 03 / 2021  
Adão Pinheiro de Almeida  
Presidente

*“Institui o Sistema Municipal de Estágio no âmbito da Administração Pública Municipal de Tavares, autoriza o Poder Executivo a realizar Processo Seletivo para preenchimento de vagas, e dá outras providências.”*

O Prefeito Constitucional do Município de Tavares, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo na Lei Orgânica Municipal e na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, submete ao Poder Legislativo, para apreciação, discussão, votação e aprovação, o presente Projeto de Lei:

### **CAPÍTULO I** **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Fica instituído o Sistema de Estágio no Município de Tavares, aos alunos regularmente matriculados, que estejam efetivamente frequentando estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, para funções pertinentes ao serviço público municipal.

**Art. 2º.** Caberá à cada Secretaria Municipal estabelecer as diretrizes para realização de estágio e celebração de convênios com instituições de ensino, no seu respectivo campo de atuação, de acordo com os critérios gerais previstos na presente lei.

**Art. 3º.** As vagas do Sistema de Estágios destinam-se apenas ao atendimento dos órgãos da Administração Pública do Município de Tavares.

**Art. 4º.** Respeitados os prazos de sua vigência, ficam mantidos os acordos de cooperação existentes e válidos na data da publicação desta lei, bem como os respectivos termos de compromissos.

**Art. 5º.** Fica permitida a concessão de bolsa auxílio, no caso de estágio remunerado, quando da realização de processo seletivo para preenchimento de vagas, nos termos dispostos na presente lei.

**Art. 6º.** As despesas com o pagamento da bolsa auxílio, nos casos de estágio remunerado, correrão por conta de dotação orçamentária própria.

### **CAPÍTULO II** **DO SISTEMA DE ESTÁGIOS**

**Art. 7º.** O Sistema de Estágios do Município de Tavares objetiva proporcionar oportunidades de estágios remunerados, ou não, de acordo com os critérios estabelecidos na presente lei, aos estagiários regularmente matriculados e frequentes em instituições de ensino superior e de ensino médio e/ou técnico, preparando-os para o trabalho produtivo, mediante autorização, supervisão, orientação e acompanhamento do responsável pelo setor onde deverá ser cumprido o estágio.



**APROVADO**  
Por 07 a favor e 00  
votos contra.  
Em 25/01/2021  
Presidente



Estado da Paraíba  
**MUNICÍPIO DE TAVARES**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROTOCOLO**  
Recebi em 20/01/2021  
Foder Legislativo Municipal de Tavares-PB  
Vitória Laion Mangue Genu

**Art. 8º.** O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

**§1º.** Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

**§2º.** Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional.

**§3º.** As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico da instituição.

**Art. 9º.** O estágio efetivar-se-á mediante a celebração:

I – de acordo de cooperação entre o Município de Tavares e a instituição de ensino;

II – de termo de compromisso entre o Município de Tavares, a instituição de ensino e o estagiário.

**Art. 10.** A admissão de estagiários, na hipótese do estágio remunerado, dar-se-á por meio de processo seletivo simplificado, mediante aplicação de prova de caráter eliminatório.

**Parágrafo único.** O processo seletivo será promovido pela Secretaria Municipal que demonstre interesse na realização de estágio em sua área de atribuição, com a supervisão da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 11.** O processo seletivo para o estágio remunerado de nível superior, consistirá na aplicação de prova de caráter eliminatório, composta por questões objetivas de múltipla escolha e/ou discursivas e, ainda, por entrevista.

**§1º.** O edital especificará, a partir da solicitação de cada unidade interessada, a quantidade de vagas com os seguintes elementos em seus anexos:

I – horário da jornada de estágio;

II – vagas correlacionadas às áreas do conhecimento a serem providas pelos candidatos.

**§ 2º.** O edital indicará o prazo de validade do processo seletivo, por período não superior a 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que o candidato ainda esteja vinculado ao curso.

**§ 3º.** Havendo novas vagas, estas serão preenchidas no prazo de validade do processo seletivo, observadas as disposições precedentes.

**§4º.** As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação observadas as disposições precedentes, em especial as do § 1º deste artigo.

**APROVADO**  
Por 07 a favor e 00  
votos contra.  
Em 25 / 03 / 2021  
Presidente



Estado da Paraíba  
**MUNICÍPIO DE TAVARES**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROTOCOLO**  
Recebi em 20 / 01 / 2021  
Foder Legislativo Municipal de Tavares-PB  
Vitória da Silva Marquês Gomes

§5º. O processo seletivo poderá ser realizado diretamente pela Administração Pública ou por empresa por ela contratada.

**Art. 12.** Os alunos interessados no estágio de que trata esta lei deverão, comprovadamente:

I – ter idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos, quando da efetiva celebração do termo de compromisso de que trata esta lei;

II – estar cursando ativamente alguma das seguintes opções:

a) de graduação em curso superior de licenciatura plena;

b) ensino médio técnico;

c) bacharelado.

III – operar microcomputadores, reunindo conhecimento de digitação em aplicativos para serviços administrativos de apoio nos mais variados ramos de atividade, quando for o caso.

§ 1º. O estágio deverá ocorrer no campo de atuação do curso junto:

I – as unidades escolares da rede municipal de ensino, subordinadas à Secretaria de Educação, no caso de função do Magistério Público Municipal;

II – nos órgãos da Administração Direta do Município, nos demais casos.

§ 2º. O edital de seleção de estagiários poderá disciplinar sobre o período mínimo que o estudante esteja cursando para que seja considerado apto a participar do Processo Seletivo.

**Art. 13.** A duração do estágio será de, no mínimo, 1 (um) semestre e, no máximo, 2 (dois) anos letivos, devendo a previsão de duração constar no edital do processo seletivo e no termo a ser assinado pelo Município, instituição e estudante.

**Art. 14.** O número total de estagiários admitidos nos termos desta lei não poderá exceder 10 (dez), sendo tais vagas dispostas para a modalidade de estágio remunerado, sendo 07 (sete) vagas para estudantes de nível superior, e 03 (três) vagas para estudantes de nível médio/técnico.

§ 1º A contratação dos estagiários se dará mediante conveniência administrativa, de acordo com a demanda dos órgãos da Administração, ficando autorizado o Poder Executivo, através das Secretarias interessadas, a realizar processo seletivo com vistas ao preenchimento de vagas de estágio, mediante a publicação de edital no Diário Oficial do Município.

§ 2º As vagas previstas para estágio de nível superior serão distribuídas de acordo com a demanda dos órgãos da Administração e os critérios definidos quando da publicação do edital do processo seletivo.



**APROVADO**  
Por 07 a favor e 00  
votos contra.  
Em 25/01/2021  
Presidente



Estado da Paraíba  
**MUNICÍPIO DE TAVARES**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROTOCOLO**  
Recebido em 20/01/2021  
Poder Legislativo Municipal de Tavares-PB  
Vitória Laine Marques Gomes  
Assessora e Controladora

**Art. 14.** A realização do estágio deverá ser interrompida, independentemente do prazo a que alude o art. 13, quando:

- I – o estagiário desligar-se do estágio por iniciativa própria;
- II – houver desinteresse do órgão no prosseguimento do estágio;
- III – o estagiário demonstrar desinteresse no cumprimento do estágio;
- IV – o estagiário trancar matrícula ou cessar frequência ao estabelecimento de ensino onde estiver matriculado;
- V – o estagiário for convocado para o serviço militar;
- VI – reprovação no ano letivo;
- VII – cometimento de 05 (cinco) faltas injustificadas consecutivas ou 10 (dez) interpoladas, no prazo de vigência do termo de compromisso;
- VIII – descumprimento das normas internas da Municipalidade.

§1º A interrupção de que tratam os incisos III, VII e VIII deverá ser precedida de sindicância, garantidos o direito ao contraditório e ampla defesa, que ocorrerá no órgão de lotação do estagiário.

§2º O rompimento do vínculo de estágio, motivado nos incisos citados no parágrafo anterior, inabilitará nova admissão para estágio no Município pelo prazo de 02 (dois) anos.

§3º A realização de estágio incompatibiliza o aluno para nova admissão para novo estágio para o mesmo curso.

### **CAPÍTULO III** **DO ESTÁGIO REMUNERADO**

**Art. 15.** O Município de Tavares poderá pagar ao estudante admitido para cumprimento de estágio bolsa no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), pela carga horária de 6 (seis) horas diárias, perfazendo 30 (trinta) horas semanais, limitado ao máximo de 132 (cento e trinta e duas) horas mensais, podendo a carga horária sofrer alteração mediante instrumento previamente assinado pelas partes.

§1º Os valores acima serão atualizados no mesmo percentual e na mesma data dos reajustes de caráter geral concedidos aos servidores públicos municipais.

§2º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, dentre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

**APROVADO**  
Por 07 a favor e 00  
votos contra.  
Em 25 / 03 / 2021  
Adão Luiz de Almeida  
Presidente



Estado da Paraíba  
**MUNICÍPIO DE TAVARES**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROTOCOLO**  
Recebi em 20 / 01 / 2021  
Fórum Legislativo Municipal de Tavares-PB  
Vilma Arlene Marques Gomes  
Assessora Social

§3º Poderá o estagiário inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

§4º Na hipótese do inciso II, comprovada a impossibilidade de cumprimento integral da jornada, a critério da Administração e observado o interesse público, poderá ser essa reduzida a 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, com bolsa auxílio proporcional.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS OBRIGAÇÕES**

**Seção I**  
**Da Instituição de Ensino**

**Art. 16.** São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus estagiários:

I – celebrar termo de compromisso com o estagiário ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus estagiários;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

**Parágrafo único.** O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do art. 10 desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

**Seção II**  
**Da Municipalidade**

**Art. 17.** À Municipalidade competirá:

CNPJ Nº 08.944.092/0001-70  
Rua Ana Pereira Lima, s/n, Centro, Tavares, Paraíba  
CEP 58753-000 Telefone (83) 3450-1041  
E-mail: prefeitura@tavares.pb.gov.br



APROVADO  
Por 07 a favor e 00  
Em 25/01/2021  
Presidente



Estado da Paraíba  
**MUNICÍPIO DE TAVARES**  
**GABINETE DO PREFEITO**

PROTOCOLO  
Recebi em 20/01/2021  
Poder Legislativo Municipal de Tavares-PB  
Vilmaria da Silva  
Assessoria Jurídica

- I – celebrar acordo de cooperação com a instituição de ensino e o estagiário, zelando por seu cumprimento;
- II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar os estagiários simultaneamente;
- IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais;
- V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

**Seção III**  
**Do Estagiário**

**Art. 18.** São deveres do estagiário:

- I – cumprir as normas internas da Municipalidade, preservando o sigilo e a confidencialidade das informações a que tiver acesso.
- II – apresentar, quando solicitado pela concedente, os documentos de regularidade da sua situação escolar, como: matrícula, trancamento ou cancelamento, abandono, conclusão de curso ou transferência de Instituição;
- III – comunicar a instituição de ensino quando não for possível cumprir as atividades previstas no Plano de Atividades, na atual Unidade Concedente;
- IV – preencher e assinar os relatórios de atividades desenvolvidos no estágio a cada 06 (seis) meses, ou quando solicitado;
- V – restituir o crachá de identificação, quando do encerramento do vínculo com a Municipalidade.

**CAPÍTULO V**  
**DA JORNADA DE ATIVIDADE**

**Art. 19.** A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar os limites previstos nesta lei.

**APROVADO**  
Por 07 a favor e 00  
Em 25/01/2021  
votos contra.  
Presidente



Estado da Paraíba  
**MUNICÍPIO DE TAVARES**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROTOCOLO**  
Recebi em 20/01/2021  
Poder Legislativo Municipal de Tavares-PB  
Vitória Raíssa Marques Gomes  
Assessoria e Controle

§1º. Nos períodos de férias escolares, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a do órgão onde está sendo cumprido o estágio.

§2º. Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliações, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

**CAPÍTULO VI**  
**DO RECESSO**

**Art. 22.** É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, ou mediante as condições estabelecidas pela Administração Pública Municipal.

§1º. O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§2º. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

§3º. O recesso de que trata o caput poderá, a critério da administração pública municipal, ser fracionado em dois períodos de 15(quinze) dias.

**CAPÍTULO VII**  
**DO ACORDO DE COOPERAÇÃO**

**Art. 23.** As instituições de ensino particulares para firmarem acordos de cooperação com a municipalidade, visando à concessão de estágio aos seus alunos, deverão comprovar documentalmente:

- I – habilitação jurídica;
- II – qualificação técnica;
- III – qualificação econômico financeira;
- IV – regularidade fiscal e trabalhista;

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 24.** As faltas por motivos escolares, comprovadas documentalmente pela instituição de ensino, poderão ser admitidas a critério do supervisor responsável, descontando-se, em qualquer caso, o auxílio transporte.





*Estado da Paraíba*  
**MUNICÍPIO DE TAVARES**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Parágrafo único. A regra prevista no *caput* aplica-se aos afastamentos médicos, comprovados documentalmente pelo estagiário, sendo os dias considerados como faltas justificadas, com desconto proporcional na bolsa auxílio.

**Art. 25.** Na hipótese de recebimento indevido da bolsa estágio, fica o estagiário obrigado ao ressarcimento aos cofres públicos da importância recebida, em parcela única, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação pertinente, conforme o caso.

**Art. 26.** As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

**Art. 27.** Aplica-se à presente lei, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

**Art. 28.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Tavares/PB, 18 de janeiro de 2021.

  
**GENILDO JOSÉ DA SILVA**  
*Prefeito Constitucional*

**APROVADO**  
Por 07 / a favor e 00 /  
votos contra.  
Em 25 / 01 / 2021  
Adilson Luiz de Azevedo  
Presidente

**PROTOCOLO**  
Recebi em 20 / 01 / 2021  
Fórum Legislativo Municipal de Tavares-PB  
Vitoria Lacerda Marques Costa